

## PLANO DE TRABALHO

<b>FIELD PROJECT</b>	CIBERDEMOCRACIA: DEMOCRACIA E NOVAS TECNOLOGIAS						
<b>AUTORIA</b>	TAIANA DE CASTRO SOBRINHO				<b>DISCENTES Nº MÁX.</b>	10	
<b>SUPERVISÃO</b>	TAIANA DE CASTRO SOBRINHO				<b>DISCENTES Nº MÍN.</b>	6	
<b>REQUISITOS</b>	ABERTO A TODO CORPO DISCENTE						
<b>PÚBLICO ALVO</b>	AGÊNCIAS REGULADORAS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E PODER EXECUTIVO MUNICIPAL						
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR036 / GRDDIR038 / GRDDIR041	<b>SEMESTRE</b>	2022.2	<b>NATUREZA</b>	PRÁTICA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	Direito e Sociedade. Democracia e Cidadania. Novas tecnologias. Ciberdemocracia.						
<b>PROBLEMA</b>	As novas tecnologias da informação e da comunicação têm sido definidoras do acesso dos cidadãos aos espaços de relação com o Estado (vínculos sociedade-estado). A expansão do acesso à internet e a publicização de atos estatais em canais digitais têm definido o uso de dispositivos tecnológicos nas práticas democráticas. Contudo, como tem se dado esse acesso? Ele tem se dado de forma ampla considerando nossas desigualdades sociais e a segregação socioespacial de considerável parcela da população que vive nas grandes cidades? Considerando tais questões, é fundamental a análise da organização da sociedade da informação no âmbito da internet e das chamadas redes sociais, refletindo sobre os seus elementos facilitadores e também sobre os seus obstáculos no exercício da democracia.						
<b>PRODUTO</b>	O produto deste Field Project consistirá na produção de uma página nas redes sociais (como Padlet), que compreenda imagens, mapas, gráficos e textos sintéticos, de forma a consolidar os resultados dos dados estatísticos e reflexões teóricas sobre as interfaces entre as novas tecnologias da informação, especialmente o acesso à internet, e as relações entre a sociedade e o Estado no campo democrático, considerando o contexto da cidade do Rio de Janeiro. A divulgação do produto será realizada para Agência Reguladora ANATEL.						
<b>OBJETIVO</b>	Partindo da análise da territorialização do acesso à internet e do mapa de inclusão digital da cidade do Rio de Janeiro (Coord. Marcelo Neri, Rio de Janeiro: FGV, 2012), o objetivo deste projeto é investigar como tem se dado as interfaces entre população, território e novas tecnologias no campo democrático. Assim pretende investigar quais têm sido os principais impactos das novas tecnologias da informação e da comunicação, considerando particularmente o acesso à internet, no exercício e garantia dos direitos fundamentais da população carioca. Ademais, pretende analisar a PEC 67/2021, em tramitação na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), que propõe tornar o acesso à internet direito de todos os cidadãos fluminenses, de forma articulada com os horizontes da pesquisa.						
<b>METODOLOGIA</b>	O presente projeto tem como opção epistemo-metodológica situar-se no campo jurídico-sociológico, na modalidade de pesquisa quali quantitativa, comportando tanto a dimensão empírica como teórica. Nesse contexto, serão utilizados recursos metodológicos complementares e técnicas de pesquisa qualitativas e quantitativas de coleta e de análise de dados de plataformas digitais (Anatel; Cetic.br; IBGE).						
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.						
	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.						
	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.						
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.						
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.						
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.						
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.						
Outras:							
<b>PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))</b>							
<b>ATIVIDADE</b>	<b>TEMA</b>						
1	Dinâmica de apresentação do grupo, alinhamento de expectativas, informes do planejamento e indicações de referências preliminares de bibliografia e outros materiais (legislação, levantamento de dados, etc.).						

2	Discussão introdutória sobre o direito ao acesso à internet, marco civil da internet e referências bibliográficas sobre a demoracia na rede.
3	Discussão introdutória sobre os enfoques epistemológicos e teóricos da pesquisa qualitativa e quantitativa e a combinação entre métodos qualitativos e quantitativos.
4	Análise do conteúdo e exposição de motivos, bem como acompanhamento da PEC 67/2021, em tramitação na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – ALERJ.
5	Ambientação na plataforma digital Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) e apresentação da pesquisa TIC Domicílios 2021.
6	Levantamento e análise dos dados da pesquisa TIC Domicílios 2021, referentes ao Estado do Rio de Janeiro, com atenção para indicadores como gênero, classe e raça.
7	Ambientação na plataforma digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apresentação da pesquisa PNAD Contínua – 2021 Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel para uso pessoal.
8	Levantamento e análise de dados da pesquisa PNAD Contínua TIC – 2021 Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel para uso pessoal, com atenção para indicadores como gênero, classe e raça.
9	Ambientação no sítio eletrônico da ANATEL e levantamento sobre dados de conectividade no Rio de Janeiro, com atenção para indicadores como gênero, classe e raça.
10	Organização e discussão dos dados e impressões obtidos no levantamento de dados (incluindo dados estatísticos, mapas, imagens e gráficos).
11	Sistematização e cruzamento dos dados e informações levantados, de forma articulada com a análise da territorialização do acesso à internet e do mapa de inclusão digital no Rio de Janeiro, a fim de tecer reflexões sobre população, território e novas tecnologias.
12	Elaboração do produto final.
13	Elaboração do produto final.
14	Ajustes no produto final.
15	Entrega do produto final.
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Tipos de avaliação e respectivas pontuações ou pesos: entrega de tarefas, trabalhos, participação etc. sem correspondência com pontuações ou notas, podendo a distribuição ser feita por meio de percentuais. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	ARNAUDO, Daniel. O Brasil e o Marco Civil da Internet: o estado da governança digital brasileira. Instituto Igarapé, 2017, p. 2-26. Disponível em: <a href="https://igarape.org.br/marcocivil/assets/downloads/igarape_o-brasil-e-o-marco-civil-da-internet.pdf">https://igarape.org.br/marcocivil/assets/downloads/igarape_o-brasil-e-o-marco-civil-da-internet.pdf</a> IBGE. 2018. “Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal – PNAD Contínua 2018 – Análise dos Resultados”, disponível em <a href="http://ibge.gov.br">ibge.gov.br</a> GOMES, Wilson. A democracia no mundo digital; São Paulo: Sesc SP, 2018. NERI, Marcelo Cortes (Coord.). Mapa da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. Vídeo “Internet para Todos”, Episódio 11 de Batalhas Digitais, Canal da Coalizão Direitos na Rede, disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=bA5HRXP9M7w">https://www.youtube.com/watch?v=bA5HRXP9M7w</a>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. D’IGNAZIO, Catherine; KLEIN, Lauren F. Data feminism. Cambridge, MA: The MITpress, 2020. SANTOS, Boaventura de Sousa, AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.